

# DESCRIÇÃO DE REINO DO PERU: A CIRCULAÇÃO NO MUNDO ANDINO AOS OLHOS DE UM SÚBDITO IBÉRICO

MARGARITA EVA RODRÍGUEZ GARCÍA\*

O texto que agora editamos, *Descrição geral do Reino do Peru*, escrito durante a primeira metade do século XVII, foi apresentado ao público pela primeira vez em 1914, por José de la Riva Agüero, no Congresso de Historia y Geografía Hispano-Americana, reunido nesse ano em Sevilha.<sup>1</sup> O historiador e político peruano dava, então, notícia da existência de um manuscrito na Biblioteca Nacional de Paris e sugeria que se tratava de uma cópia do original. Coincidindo com esta última apreciação, Rubén Vargas Ugarte publicou, anos mais tarde, alguns fragmentos do documento<sup>2</sup> e, finalmente, em 1958, foi editada uma transcrição na íntegra do mesmo, por Boleslao Lewin, sob os auspícios da Universidad Nacional del Litoral de Rosario, na Argentina.<sup>3</sup> No ano 2009, a Universidad Ricardo Palma publicaria, em Lima, uma nova edição integral, a partir do texto de Lewin, acompanhada por uma tradução para português.<sup>4</sup>

Com o objectivo de divulgar o texto entre um público de língua portuguesa, optámos agora por publicar a tradução para Português do manuscrito. A edição tem dois tipos de notas: por um lado, notas de carácter histó-

---

\* Centro de História de Além-Mar (CHAM – FCSH/NOVA-UAç). Investigadora Auxiliar do Programa Ciência 2008 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência.

<sup>1</sup> Consultar a edição de 1968 deste trabalho: José de la RIVA-AGÜERO, «Descripción anónima del Perú y Lima del judío portugués», *Obras Completas*, Vol. VI, Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú, pp. 73-118.

<sup>2</sup> Rubén VARGAS UGARTE, *Manuscritos peruanos en las bibliotecas del extranjero*, Lima, Talleres Tipograficos de la Empresa Periodistica, 1935, pp. 41-67.

<sup>3</sup> Boleslao LEWIN, *Descripción del Virreinato del Perú. Crónica inédita de comienzos del siglo XVII*, Rosario, Universidad Nacional del Litoral, 1958.

<sup>4</sup> Pedro LEON PORTOCARRERO, *Descripción del Virreinato del Perú*, ed. y prólogo de Eduardo HUARAG ÁLVAREZ, Lima, Universidad Ricardo Palma, 2009.

rico, com o objectivo de esclarecer termos e conceitos próprios da história colonial peruana e hispano-americana<sup>5</sup> e, por outro, comentários à tradução que pretendem chamar a atenção sobre peculiaridades linguísticas de *Descrição geral do Reino do Peru*. Integrámos também um índice que poderá servir como ferramenta para o investigador interessado em aspectos como o comércio, a natureza do território peruano, a sua geografia e agricultura, entre outros. Por fim, publicamos a transcrição de um documento relacionado com a biografia do autor, conservado no Arquivo Histórico Nacional de Madrid.<sup>6</sup>

Pretendemos com esta edição chegar não só a um público académico, mas também a todos os que se interessam por literatura de viagens ou têm curiosidade em relação à história da América Latina e do Peru em particular. O trabalho tradutório para português visa facilitar a leitura deste público não especializado, mas também apresentar uma proposta de tradução que convide à reflexão sobre a disciplina.

Sobre a identidade do autor, vários lusitanismos visíveis, alguns destacados em notas-de-rodapé, fizeram com que José de la Riva-Agüero, Rubén Vargas Ugarte e Boleslao Lewin sugerissem que se trataria de um português, provavelmente judeu, uma associação que a historiografia actual evita realizar de forma mecânica, sem negar com isso a importante presença de cristãos-novos entre os originários de Portugal que passaram pelas Índias Ocidentais durante este período, muitos deles dedicados ao comércio. Como o próprio texto permitia deduzir, como veremos mais adiante, que o seu destino final poderia ter sido as autoridades holandesas, os três historiadores citados, nas suas primeiras aproximações ao documento, estabeleceram um perfil para o anónimo autor de *Descrição geral do Reino do Peru*: tratar-se-ia de um judeu português que, depois de passar quinze anos no vice-reino peruano, ofereceu aos holandeses uma descrição do território hispânico, com informações úteis para atacar militarmente o vice-reino ou, pelo menos, o monopólio mercantil de Castela nas Índias.

Deve-se a identificação do autor a Guillermo Lohman Villena. A referência, no documento, a uma horta em frente ao *cercado* de índios de Lima, propriedade do anónimo escritor de *Descrição* e conhecida como a horta do doutor Franco, por ter sido inicialmente do avô da sua esposa, foi a pista encontrada pelo historiador peruano para determinar a autoria. A referência à família Franco Ordóñez permitiu-lhe concluir, seguindo o rumo dos dez filhos nascidos do casamento do doutor Franco com Luisa Ordóñez, que

---

<sup>5</sup> Para a elaboração destas notas foi utilizada uma bibliografia dispersa e os próprios conhecimentos adquiridos pela equipa ao longo dos anos, mas não queremos deixar de referir duas obras gerais que foram de especial utilidade: Pilar PÉREZ CANTÓ y Esperanza MÓ ROMERO, *Las sociedades originarias y la América hispana. Una aproximación histórica*, Madrid, Ediciones UAM, 2010 e Juan Carlos GARAVAGLIA y Juan MARCHENA, *América Latina. De los orígenes a la independencia* (2 Vols.), Barcelona, Crítica, 2005.

<sup>6</sup> Ver nota n.º 9.

entre as duas netas, de sucessão legítima, que resultaram desta linha familiar, apenas Francisca Ordóñez Franco estava em posição de herdar a horta, por a outra ter tomado hábitos religiosos. Estando a primeira casada com Pedro de León Portocarrero, em datas que coincidem com as proporcionadas pelo documento, os estudiosos de *Descrição geral do Reino do Peru* dão como certo que foi este o autor da relação<sup>7</sup>. Embora na certidão de casamento, Portocarrero seja apresentado como originário de Viana del Bollo, território castelhano próximo de Portugal, os documentos inquisitoriais localizados por Lohman Villena situam o seu nascimento em Vinhais, em Trás-os-Montes, e identificam-no como descendente de uma família presa pelo Tribunal Inquisitorial de Coimbra, depois de os seus membros terem sido acusados de judaizantes e de o seu pai ter sido sentenciado à morte na fogueira, enquanto a sua mãe falecia na prisão. Depois de Portocarrero passar a território castelhano, certamente ainda criança e com a ajuda de familiares ou amigos, participou em 1600 num acto de reconciliação em Toledo, acusado dos mesmos delitos que anos antes tinham conduzido os seus pais à prisão. É provável que tivesse então decidido, como muitos outros portugueses conversos, passar para as Índias, tentando aliviar a pressão sobre a sua família. Provavelmente viu no Novo Mundo uma oportunidade de fazer fortuna, e muito provavelmente a sua viagem correspondeu a uma mistura de ambas as motivações.<sup>8</sup> Mas nem desta maneira escapou à vigilância das autoridades, agora coloniais, que o acusaram de proselitismo. A sua saída do vice-reino e o regresso à península cerca de 1616 constituiu provavelmente uma nova tentativa de escapar à pressão inquisitorial, que de pouco lhe serviu. Em Sevilha era esperado pelos oficiais da Inquisição que o conduziram à prisão para ser submetido a dois novos processos entre 1617 e 1619 e, embora tenha sido declarado inocente, não escapou a uma multa que, supomos, piorou a já precária situação económica que arrastava desde Lima.<sup>9</sup>

A partir deste momento o seu rasto perde-se. Alguns indícios, no documento, permitem pensar que terá ido para a Holanda e, uma vez aí, posto o conhecimento adquirido no Peru ao serviço das autoridades holandesas ou

---

<sup>7</sup> Guillermo LOHMAN VILLENA, «Una incógnita despejada: la identidad del judío portugués autor de la 'Discreción general del Perú'», *Revista de Indias*, n.º 119-122 (1970), pp. 323-345.

<sup>8</sup> G. LOHMAN VILLENA, «Una incógnita despejada...», cit., pp. 347-351.

<sup>9</sup> G. LOHMAN VILLENA, «Una incógnita despejada...», cit., pp. 376-378. No fim da presente obra publicamos um documento que é um resumo do processo inquisitorial que teve lugar em Sevilha referente a Pedro León Portocarrero. Era prática habitual dos tribunais distritais enviar listas ou sínteses dos processos. Guilherme Lohman Villena refere outras fontes importantes para a biografia de Portocarrero, nomeadamente, documentação sobre suspeitas de práticas judaizantes do seu círculo em Lima. AHN, *Inquisición*, lib. 1029. *Relaciones de causas despachadas (1601-1613)*, fls. 404v e 448. (Este documento encontra-se disponível no Portal de Archivos Españoles (PARES)). Um terceiro processo que implicou o mesmo grupo, mas onde não consta o suposto autor da *Descrição*, refere as mesmas suposições que conduziram a um auto de fé, celebrado na Praça Maior de Lima, em 1625. Este documento é referido por Lohman Villena, no entanto, não foi possível localizá-lo. AHN, *Inquisición*, lib. 1030. *Relaciones de las causas despachadas (1614-1638)*, fols. 291v-313.

da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, criada em 1621. A notícia que dá sobre a presença nas costas peruanas, em 1615, de navios holandeses, a que se refere como «avios destas terras»<sup>10</sup>, é uma primeira pista sobre a qual já chamaram a atenção alguns dos historiadores anteriormente mencionados.<sup>11</sup> A esta soma-se o relato que faz deste episódio, suavizando a imagem do pirata Spilbergen, de quem destaca a atitude cortês para com os povoadores de Lima. Simultaneamente a visão negativa de *espanhóis, índios e negros* que acompanha o texto, e que o leva a considerar que «todo o reino e gentes que ao senhor não temem não podem deixar de ter mau fim» gera algumas interrogações sobre o lugar a partir de onde Portocarrero observava a sociedade do vice-reino do Peru. Terá León de Portocarrero dedicado a *Descrição* às autoridades holandesas? Se assim foi, a elas se terá dirigido ao concluir o seu texto: «Com isto, temos concluído a nossa história das Índias. À glória e honra de Deus e serviço de vossas senhorias, a quem ele seja servido de aumentar e fazer senhores de grandes reinos e senhorios. Tudo para o seu santo serviço e bem de vossas senhorias.»

Sem descartar a possibilidade de novas investigações puderem questionar alguns capítulos desta biografia, parece-nos bastante verosímil a trajectória vital até aqui definida e, de maneira especial, o que diz respeito à autoria do texto. Não obstante, este texto, como outros atribuídos a cristãos-novos portugueses, devem ser repensados, evitando a relação mecânica que os contemporâneos estabeleceram com frequência entre os portugueses, os praticantes da fé judaica e a conspiração permanente contra os monarcas católicos, uma identificação demasiado presente também no trabalho de Lohman Villena. Fosse ou não o seu autor um cristão-novo, fiel ao credo dos seus antepassados, que procurou o apoio das autoridades holandesas, nenhuma destas hipóteses deve ser considerada como ponto de chegada, mas sim de partida. Algumas das possíveis questões que poderiam ser objecto de estudo são colocadas nos três artigos que antecedem esta edição.

Uma ideia os liga: a insistência em que os impérios ultramarinos não foram unicamente o resultado de decisões tomadas nas cortes europeias. Foram moldados em boa parte pelas actividades económicas, por manobras políticas e inclusive pelos afectos e crenças de indivíduos como Pedro León de Portocarrero.

Apesar da separação legal entre os reinos ibéricos, promulgada nas restrições que limitavam a entrada e residência nos territórios ultramarinos a estrangeiros e outros súbditos não castelhanos da monarquia hispânica<sup>12</sup>,

---

<sup>10</sup> Na presente edição da *Descrição geral do Reino do Peru, em particular Lima*, p. ?? (Doravante o texto será citado como *Descrição...*).

<sup>11</sup> B. LEWIN, *Descripción del Virreinato del Perú...*, cit. p. 12.

<sup>12</sup> Maria da Graça Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru ao tempo da União Iberica. Mobilidade, cumplicidades e vivências*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. 1, Tomo 1, pp. 63-75.

um número importante de portugueses aproveitou as circunstâncias criadas pela união ibérica para ir para as Índias de Castela.<sup>13</sup> Aí se dedicaram ao comércio, contribuíram para a formação de redes mercantis que vinculavam os diferentes vice-reinos e governações, entre si e com outros territórios distantes, actuaram como financiadores, monopolizaram o estabelecimento do comércio de escravos e ocuparam cargos intermédios da administração civil e militar.<sup>14</sup>

O comércio foi, sem dúvida, uma das actividades que escaparam às normas legais e às estruturas institucionais das metrópoles ibéricas e esteve no centro das reflexões de Portocarrero. A *Descrição do vice-reino do Peru*, escrita como pensamos na década de 1620 – uma hipótese sobre a qual voltaremos –, transportou os seus potenciais leitores às rotas oficiais pelas quais circulavam as mercadorias do vice-reino peruano, mas também as do contrabando: «todos negoceiam e são mercadores, ainda que por mão alheia e dissimuladamente».<sup>15</sup> O monopólio real de comércio com a América, a chamada *Carrera de Índias*, e as mercadorias que mobilizava, incluindo os metais, representavam apenas uma parte das trocas realizadas no Novo Mundo. No Peru, a prata potosina e outros metais actuavam como um ímã para os súbditos portugueses, residentes ou não, naquelas latitudes. Nada pode expressar melhor essa situação que as palavras que abrem a descrição do território elaborada por Portocarrero: «O Peru, província e reino rico e poderoso, onde se encontram ricas minas de prata, ouro, mercúrio, chumbo, estanho e cobre, abastecida de todo o género de sustento».<sup>16</sup> A troca do ansiado metal oferecia-se, de maneira legal ou ilegal, mercadorias dos quatro continentes e, entre elas, a mão-de-obra escrava requerida pelos territórios americanos. As autoridades pouco puderam fazer para o impedir, quando

---

<sup>13</sup> Maria da Graça Ventura inclui no seu trabalho um inventário de 1400 portugueses residentes ou presentes no vice-reino peruano, entre 1580 e 1640, realizado a partir das relações de estrangeiros, das composições (o pagamento que, para escapar à ordem de expulsão, realizavam os estrangeiros que não tinham licença nas Índias, devendo cumprir alguns requisitos como a residência de vários anos na América ou se ter casado), actos judiciais, fiscais ou de bens de defuntos. A autora conclui que, tendo em conta este número e os comentários das autoridades e de outros contemporâneos, a importância numérica dos portugueses terá sido bastante maior (Maria da G. Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru...*, cit., Vol. I, pp. 76-130). Sobre o peso dos portugueses no vice-reino peruano, contamos também com os trabalhos clássicos de Lewis HANKE, «The Portuguese in Spanish America with Special Reference to the Villa Imperial de Potosí», *Revista de Historia de America* 51 (1961), pp. 1-48 e Gonçalo RÉPARAZ, *Os Portugueses no Vice-reinado do Peru (séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1976. Encontramos uma revisão dos trabalhos dedicados a este tema em Gleydi SULLÓN BARRETO, «Portugueses en el Perú virreinal (1570-1680): Una aproximación al estado de la cuestión», *Mercurio Peruano* 523 (2010), pp. 116-129.

<sup>14</sup> Daviken STUDNICKI-GIZBERT, *A nation upon the ocean sea. Portugal's atlantic diaspora and the crisis of the Spanish Empire, 1492-1640*, Oxford, Oxford University Press, 2007, esp. cap. 2 y 4.

<sup>15</sup> *Descrição...*, cit., p. 79.

<sup>16</sup> *Descrição...*, cit., p. 101.

não participavam directamente neste comércio, como o autor observou ao longo do texto.

Na sua *Descrição geral do Reino do Peru*, Portocarrero fez referência aos dois pontos mais importantes onde se concentrava o comércio ilegal na América meridional, Cartagena das Índias e Buenos Aires, descrevendo com pormenor as rotas que uniam ambos os enclaves a Lima e a Potosí. Além destes portos, as rotas descritas por Portocarrero estavam ligadas a redes de comércio transatlânticas ou transpácificas que, numa percentagem não desdenhável, foram dominadas durante este período por cristãos-novos.<sup>17</sup> Não sem orgulho destacaria o autor que «pelas fartas riquezas que o Peru tem e cópia de todas as coisas, umas que produz e outras que vêm de províncias comarcanas e de todos os reinos e partes do mundo, diz-se que, de cem que vão ao Peru, não regressa um».<sup>18</sup>

Com o objectivo de oferecer um quadro que nos transporte do comércio regional, praticado por personagens como Portocarrero, às redes de comércio e negócios constituídas pelos comerciantes portugueses, o primeiro dos artigos, «Notas de errância e diáspora. A presença de cristãos-novos portugueses no Peru (séculos XVI-XVII)», a cargo de João Figueirôa-Rêgo, chama a atenção para o peso da nação portuguesa nas Índias de Castela e a sua relação a redes atlânticas de negócios, mais amplas, dominadas, embora não em exclusividade, por cristãos-novos. O trabalho de Figueirôa-Rêgo considera as possibilidades oferecidas pelas fontes inquisitoriais para o conhecimento destas redes ao mostrar o círculo de negócios, amigos e familiares que envolviam os acusados. A cooperação entre os tribunais inquisitoriais ibéricos, peninsulares e americanos, embora nem sempre efectiva, alertava para a presença nas Índias de conversos fugidos da península e possibilitava a troca de informações sobre os suspeitos. O carácter endogâmico das redes comerciais de origem portuguesa, apoiado nos laços de parentesco e em cumplicidades já existentes na terra de origem, permitiu aos inquisidores alcançar suspeitos dos quais tinham perdido o rasto e possibilita hoje, ao investigador, um melhor conhecimento do funcionamento destas redes mercantis.

Há que citar, ao nos referirmos às redes portuguesas na América meridional, o trabalho de Maria da Graça Ventura, *Portugueses no Peru ao tempo da união ibérica. Mobilidade, cumplicidades e vivências*<sup>19</sup> e, em particular, a análise que faz das relações tecidas pelos Gramaxo a partir de Cartagenas das Índias e Manuel Baptista Peres a partir de Lima. Para o estudo da questão, este trabalho, o mais exaustivo entre os dedicados à presença dos portu-

---

<sup>17</sup> Daviken STUDNICKI-GIZBERT considera que aproximadamente metade dos membros da nação portuguesa da diáspora era formada por cristãos-novos, *A nation upon the ocean sea...*, cit., pp. 10-11.

<sup>18</sup> *Descrição...*, cit., p. 101.

<sup>19</sup> M. da G. Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru...*, cit., Vol. I, T. I, pp. 227-446.

gueses no Peru durante o período da União Ibérica, completa-se com os contributos da obra de Davinken Studnicki-Gizbert: *A nation upon the ocean sea. Portugal's Atlantic Diaspora and the crisis of the spanish empire, 1492-1640*. Este último proporciona-nos o perfil geral das redes de comércio estabelecidas pelos portugueses residentes na capital do vice-reino, na sua projecção para o Atlântico. Quem comerciava no Peru mantinha dois tipos de ligações. Por um lado, relações de tipo local, com produtores e vendedores, que se estendia a toda a economia regional, um percurso que é, em grande medida, o descrito por Portocarrero no seu texto.<sup>20</sup> Por outro, relações de longa distância que uniam a diáspora portuguesa. Enquanto os grandes comerciantes, como Manuel Baptista, mantinham múltiplos contactos nestas redes internacionais, outros, como seria o caso de Portocarrero, podiam ter um único intermediário, ainda que duradouro. Bastava que lhe proporcionasse os produtos de fora ou o crédito que necessitava para fazer funcionar as suas actividades no vice-reino. De ambos os tipos de ligações fez relação Portocarrero.

O relato de Pedro León de Portocarrero deteve-se principalmente nas trocas que tinham lugar em território peruano, organizando o seu texto em forma de guia para *trajinantes*, ou seja, para indivíduos dedicados ao comércio regional. São minuciosas as suas observações sobre as possibilidades que cada província oferece ao comércio, sobre a presença ou não de mercadores nas principais vilas e cidades e sobre as produções aptas para o consumo dos seus habitantes, sem deixar de lado o clima ou as condições para viajar. Mais uma vez, deve aqui recuperar-se o trabalho de Lohman Villena que reconstruiu, a partir dos documentos notariais do Arquivo de la Nación em Lima, boa parte das actividades que permitiram ao autor adquirir estes conhecimentos: Portocarrero residiu durante uma primeira etapa em Ica, no Norte do Peru, transferindo-se mais tarde para Lima, onde chegou a estabelecer uma loja que lhe permitiria enviar representantes comerciais para percorrer o território, não sendo ele já obrigado a fazê-lo pessoalmente, como certamente aconteceu durante os primeiros anos.<sup>21</sup>

O artigo de Rafael Valladares, «Vasallos que se observan. Opinión y escritura imperial bajo la unión de coronas (1580-1640)», parte de uma ideia semelhante à defendida por João Figueirôa-Rêgo: o questionamento de que os sessenta anos em que durou a União Ibérica corresponderam a um período de respeito pela separação, acordada em 1581, entre os territórios ultramarinos de ambos os reinos, como durante muito tempo se afirmou.

---

<sup>20</sup> Maria da Graça Mateus Ventura chama repetidamente a atenção para as potencialidades desta fonte no estudo dos circuitos de comércio regionais, em *Portugueses no Peru...*, cit., Vol. I, T. I, pp. 32-43. É inevitável citar aqui o trabalho de Carlos SEMPAT ASSADOURIAN, *El sistema de la economía colonial: el mercado interior, regiones y espacio económico*, México, Editorial Nueva Imagen, 1983.

<sup>21</sup> Guillermo LOHMAN VILLENA, «Una incógnita despejada...», cit., pp. 351-356.

As possibilidades de lucro mercantil conduziram a uma colaboração entre portugueses e espanhóis – incluindo neste último grupo as autoridades americanas – que beneficiou ambos os grupos. Em palavras do autor, «un árbol gigante de rutas y redes creció a la sombra de las respectivas carreras de las Indias españolas y portuguesa hasta hacerse inabarcable con una sola mirada».

Entrando no terreno cultural, textos como o de Portocarrero, como assinala Valladares, com a sua descrição pormenorizada e, acrescentamos nós, por vezes emocionada, das rotas que atravessavam o vice-reino e de algumas das suas principais cidades, mostra-nos a aproximação que, de facto, se tinha verificado entre os súbditos das coroas ibéricas. O seu artigo chama a atenção sobre o contraponto que oferece o relato de viagem à Pérsia de Don García de Silva y Figueroa embaixador de Filipe III de Espanha e II de Portugal na corte do Xá Abbas I, tratando-se, neste caso, da narração de um castelhano que circulou pelas rotas abertas pelo comércio português no Médio Oriente.<sup>22</sup>

Valladares propõe-nos abordar este tipo de textos como um exemplo do que qualifica como «escrita imperial», que escapa a classificações simplificadoras (como pensar a relação de Portocarrero como o escrito de um judeu, de um comerciante ou de um português), levando-nos a perguntar, sem preconceitos, quais os códigos culturais a partir dos quais descreveu o território peruano. Para contribuir metodologicamente nesse sentido, o artigo esboça um quadro de relações globais durante o período da União Ibérica que nos pode ajudar a encontrar algumas respostas.

O terceiro artigo que acompanha esta edição, escrito por José de la Puente, «La mirada portuguesa al Perú en los siglos XVI y XVII», retoma alguns aspectos abordados pelos anteriores: a existência no Peru dos séculos XVI e XVII de trocas entre o mundo luso e hispânico que transcendiram o âmbito mercantil. Seria o caso do português Enrique Garcés, fundamental na introdução do sistema de mercúrio nas minas peruanas, mas também na divulgação no Peru da poesia de Camões. Uma vez mais, como no caso dos anteriores, o seu trabalho recorda a importância do comércio desenvolvido pelos portugueses no Peru, e como esta actividade perdurou para lá do fim da União das Coroas, sendo um bom exemplo disso a importante actividade desenvolvida por Diego Fausto Gallegos, nascido no Alentejo em 1638 e falecido em Lima em 1712. Finalmente, de la Puente oferece-nos um relato mais profundo e minucioso da perseguição de que foram alvo os portugueses por parte do Tribunal da Inquisição limenho na década de 1630. Em resumo, o seu artigo completa as visões mais gerais

---

<sup>22</sup> A edição crítica dos «Comentarios» de Don García de Silva y Figueroa está disponível em Rui Manuel LOUREIRO, Cristina Costa GOMES e Vasco RESENDE, *Don Garcia de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, 2 Vols., e Rui Manuel LOUREIRO e Vasco Resende (coords.), *Estudios sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2011.



oferecidas pelos autores anteriores, aproximando-nos do contexto do vice-reino peruano encontrado pelos portugueses ali estabelecidos durante os séculos XVI e XVII, ao mesmo tempo que dá nome e rosto a alguns daqueles que fizeram fortuna ou alcançaram projecção social, assim como aos governantes peruanos que procuraram sem êxito impedi-lo.

Concluiremos esta introdução à edição e tradução da *Descrição geral do Reino do Peru* e aos estudos que a acompanham apontando alguns aspectos que, se não foram necessariamente determinantes no contexto específico em que Portocarrero elaborou o seu texto, oferecem-nos algumas pistas sobre o ambiente geral do momento. Esperamos que, juntamente com as propostas metodológicas oferecidas pelos três autores que colaboram neste trabalho, e das quais nós mesmo nos servimos para elaborar esta introdução, podem ser úteis a futuras investigações.

Convém, em primeiro lugar, regressar à data do documento. Considerando os factos de que o autor disse ter sido testemunha, a redacção da *Descrição*, ou pelo menos a sua conclusão, foi sem dúvida posterior a 1615. De acordo com as investigações de Lohman Villena, Pedro León de Portocarrero participou num acto de conciliação em Toledo, em 1600. Existindo referências no texto à explosão do vulcão Huaynaputina, que ocorreu nesse ano, o historiador peruano considerou que não deveria ter passado muito tempo entre a cerimónia de penitência e a sua chegada a território americano. O próprio Portocarrero mencionou ter estado e residido em Lima durante quinze anos, e sabemos também que, em 1616, o tribunal inquisitorial de Sevilha ordenou a sua entrada na prisão, ditando-se três anos depois a sentença de absolvição. Com todos estes dados, Lohman considerou que a *Descrição geral do Reino do Peru* estaria concluída em 1620 ou 1621.

No entanto, outra referência no documento inclina-nos a localizar a sua data uns anos depois. Portocarrero refere, na sua passagem por Valle de Yucay, perto de Cusco, ter pertencido este território ao marquesado de Oropesa: «Há quinze anos concedeu El-Rei este vale a um cavaleiro com nome e título de Marquesado de Oropesa del Valle de Yucay, e casou-o com La Coya».<sup>23</sup> Na realidade, este título foi concedido à sua esposa, Ana María Lorenza de Loyola, em 1614, três anos depois de casar com Juan Enríquez de Borja. Assim sendo, a relação deverá ter sido escrita cerca de 1629.

De qualquer forma, os anos em que a *Descrição* foi redigida coincidiram com o fim da trégua entre espanhóis e holandeses em 1621, e a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais nesse mesmo ano. Sem fazer dos cristãos-novos, responsáveis pela tomada de Pernambuco pelos holandeses<sup>24</sup>, ou de todos os mercadores portugueses residentes em Lima e Carta-

<sup>23</sup> *Descrição...*, cit., p. 160.

<sup>24</sup> Stuart B. SCHWARTZ, *Da América portuguesa ao Brasil*, Lisboa, DIFEL, 2003, pp. 185-215.

gena, activos accionistas da citada companhia, tal como Swartz disse que aconteceu nesse contexto<sup>25</sup>, contudo, alguns foram-no. E não há dúvida de que a religião tecia em grande parte as identidades de então. Ainda assim, seguindo o conselho que Rafael Valladares apresenta no artigo incluído nesta edição, é-nos mais conveniente, se queremos evitar classificações que condicionem a nossa perspectiva, ampliá-la e aceder a um conjunto mais amplo de textos da época, em que possamos procurar semelhanças e diferenças.

O investigador que queira aderir a esta proposta, contará, em primeiro lugar, com uma vasta bibliografia que, especialmente desde meados do século xx, se dedicou ao estudo das crónicas e descrições das Índias, que motivaram a redacção de algumas destas.<sup>26</sup> A *Descrição geral do Reino do Peru* parece manter muitas sintonias com o inquérito elaborado em 1604 pelo Conde de Lemos, então presidente do Conselho das Índias. Esse questionário salienta especialmente a necessidade de proporcionar informação sobre os caminhos que separam as diferentes povoações e vilas, as dificuldades e perigos no momento de os percorrer, as *ventas* que se encontravam no trajecto, as possibilidades de alugar cavalgadas pelo caminho ou sobre o que devia ser pago aos índios que serviam de guia. É, pois, este o universo recriado pela *Descrição*, coincidindo muitas das informações que inclui com as solicitadas pelo Conde de Lemos para o melhor conhecimento dos domínios americanos e proporcionados, entre outros, pelo dominicano Reginaldo de Lizárraga, na sua *Descripción breve de toda la tierra del Pirú, Tucumán, Río de la Plata y Chile* (em 1605) ou pelo frade jerónimo, Diego de Ocaña.<sup>27</sup> Por isso, não podemos excluir a possibilidade de ter procurado, com o seu documento, receber alguma recompensa das autoridades espanholas, inde-

<sup>25</sup> M. da G. Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru...*, cit., Vol. I, T. I, p. 272.

<sup>26</sup> Sendo muito numerosos os artigos e livros dedicados ao tema, parece-nos que introduz bem o tema, por um lado o trabalho de Francisco de SOLANO, *Cuestionarios para la formación de las relaciones geográficas de Indias. Siglos XVI-XIX*, Madrid, CSIC, 1988, que recompila cerca de trinta questionários realizados na pensínsula para a elaboração na América das referidas relações, proporcionando-nos assim pistas importantes para entender a estrutura e o estilo adoptado por este tipo de textos na América e, por outro lado, o também muito conhecido trabalho de David BRADING, *Orbe Indiano. De la Monarquía católica a la república criolla, 1492-1867*, México, Fondo de Cultura Económica, 1993, que aborda, destacando os nascidos ou residentes no território americano, os diferentes géneros literários e políticos utilizados para descrever a terra em que viviam os *criollos* e os «*acrioullados*». Finalmente, o trabalho de Carlos A. González, *Homo Viator homo scribens. Cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XVI-XVII)* oferece-nos um quadro geral e inúmeros exemplos concretos para entender a forma como circulava a informação sobre a América no império espanhol e as motivações que a geravam.

<sup>27</sup> Reginaldo de LIZARRAGA, *Descripción del Perú, Tucumán, Río de la Plata y Chile*, Ignacio BALLESTEROS DÍAZ (ed.), Las Rozas (Madrid), Dastin, 2002. Diego de OCAÑA, *Viaje por el Nuevo Mundo: de Guadalupe a Potosí, 1599-1605*, Blanca LOPEZ DE MARISCAL y Abraham MADROÑAL (eds.), Madrid, Iberoamericana, 2010. Ambos os textos e a sua relação com o questionário elaborado pelo Conde de Lemos foram abordados por Elena ALTUNA em *El discurso colonialista de los caminantes. Siglos XVII-XVIII*, Michigan, Latinoamericana Editores. Centro de Estudios Literarios «Antonio Cornejo Polar», 2002.

pendentemente de quem fosse, afinal, os destinatários da *Descrição geral do Reino do Peru*.<sup>28</sup>

Além das rotas mercantis que atravessavam o vice-reino, uma terrestre, atravessando a cordilheira, e outra que segue pela costa do «Mar do Sul», convivem, na sua descrição do território peruano, as antigas demarcações incas, as províncias inferior e superior ou os Andes, termo que na crónica de Portocarrero denomina a Amazónia («bosques altíssimos e cerrados») e que tem origem no *Antisuyo* incaico. Sobre estas demarcações, pressupõem-se a organização em *corregimientos*, *pueblos de indios*, vilas e cidades de espanhóis, cuja descrição ocupa a maior parte do texto. Mais além do território peruano, como assinalámos anteriormente, a *Descrição* deixa entrever a ligação pelo Pacífico para a Nova Espanha e as capitánias e audiências centro-americanas, assim como a ligação com o Atlântico, o mar Oceano dos contemporâneos. Esta última é referida no texto, principalmente pelo Rio da Prata, onde convergem as rotas de comércio oficiais, com as do contrabando, amplamente utilizadas por portugueses e espanhóis. Mas o autor também insinua, nas primeiras páginas da *Descrição*, outras vias de acesso ao Atlântico, especialmente significativas no momento em que Portocarrero escreve e no contexto de rivalidade internacional que se registava na América meridional. Vale a pena determo-nos nesse aspecto.

Conhecia-se desde o século XVI a ligação entre o território peruano e o Atlântico, seguindo o curso do rio Amazonas, que, no texto de Portocarrero, é sempre o Maranhão: «Os Andes são bosques altíssimos e cerrados com rios caudalosos que descem também das montanhas e vão todos dar ao rio Maranhão, que entra no mar Oceano.»<sup>29</sup>

As possibilidades que este território amazónico podia oferecer para o enriquecimento de *adelantados*, conquistadores e aventureiros faziam parte da imaginação dos contemporâneos, e a elas também Portocarrero dava espaço: «Nestes Andes entram alguns índios ladinos do Peru a tratar com os índios, e levam-lhes mercadorias de que eles fazem uso, e, em troca, trazem

---

<sup>28</sup> Outros aspectos ligam a *Descrição* com relatos como *Memorial del Nuevo Mundo Piru*, elaborado por Buenaventura SALINAS Y CÓRDOVA (Lima, 1630), dado o ênfase que ambos põem nas riquezas do território peruano e o protagonismo que adquire, no relato, a cidade *criolla* e, em particular, Lima. E, se se trata de dar prioridade às possibilidades e riquezas que o território americano oferece, procuraram promover o Brasil, entre os territórios do império, como o *Tratado da Terra do Brasil*, de Pêro Magalhães GÂNDAVO (Capistrano de ABREU (ed.), Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1980), redigido em 1568 ou 1569; as *Notícias do Brasil*, descrição apresentada por Gabriel Soares de Sousa a Cristóvão de Moura, em Madrid, em 1587 (Luís de ALBUQUERQUE (ed.), Lisboa, Alfa, 1989); a descrição do Brasil, incluída por Manuel Correa de MONTENEGRO no seu *Libro Quinto de los reyes naturales de Portugal*, em que pretende promover o território em oposição às Índias de Castela (Biblioteca Nacional de Portugal, cód. 13091, [16-]); ou os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes BRANDÃO, datado de 1618, e que chamou a atenção para a importância das trocas entre Brasil e Angola ou o Rio da Prata e o Peru (Rodolfo GARCIA e Jaime CORTESÃO (eds.), Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1943).

<sup>29</sup> *Descrição...*, cit., p. 102.

ouro em pó, a que chamam *volador* e que tem vinte e dois quilates de lei, pelo que se tem por coisa certa que nestes Andes há muito ouro. E diz-se que, para além destes bosques, é a terra plana e muito povoada por muitas léguas, até ao mar Oceano.»<sup>30</sup>

Antes de Pedro Teixeira navegar desde a desembocadura do Amazonas até Quito, onde chegou em 1639, confirmando a ligação do vice-reino peruano ao oceano Atlântico, houve várias tentativas de explorar a zona que se encontrava a este da cordilheira andina. Entre elas, a mais conhecida é a de Orellana, na década de 1540, que realizaria o trajecto em sentido inverso, procurando primeiro o mítico país da Canela, depois transformado no *El Dorado*. As notícias sobre a viagem de Orellana foram transmitidas por crónicas como as de Inca Garcilaso<sup>31</sup> ou as *Décadas*, de Antonio Herrera, que na época da sua edição o autor bem podia conhecer.

Além destas viagens, terão sido muitos os rumores e informações que circulavam sobre estas rotas e aparentemente ainda no século XVII incluíam o mito do *El Dorado*<sup>32</sup> que tanto contribuiu para estimular expedições de exploração e conquista. Localizado numa primeira fase na bacia alta do Orinoco e na bacia do Rio Negro, o *El Dorado* foi-se deslocando paulatinamente para sul, de maneira que as posteriores viagens que visaram alcançá-lo partiriam também de Quito, Cusco ou Assunção. A promessa de ricos metais foi também um pretexto para obter financiamento e atrair patrocinadores para as expedições e, no caso de Portocarrero, talvez uma maneira de chamar a atenção sobre a importância do território peruano.

É interessante considerar o que, por essa época, estava a acontecer ao norte do promissório território, a que o autor fazia referência. Em 1615, uma expedição hispano-portuguesa expulsava os franceses de São Luís do Maranhão, fundando-se em 1616 a cidade do Pará e criando-se em 1621 o estado do Maranhão e Grão-Pará. Mas, até então, este território, no que diz respeito aos europeus, era terra de ninguém. Em alguns mapas do fim do século XVI, aparecia representado como uma região integrada no vice-reino peruano.<sup>33</sup>

Portocarrero nada diz sobre a proximidade dos territórios portugueses que nos permita concluir que nos seus comentários sobre o «mar Oceano» se identificava com quem no «Estado do Brasil» intuía novas possibilidades mercantis e de enriquecimento com a expulsão dos franceses e o controlo da Amazônia setentrional. Também não existe nenhuma referência no seu texto

<sup>30</sup> *Descrição...*, cit., p. 103.

<sup>31</sup> Inca GARCILASO DE LA VEGA, *Historia General del Perú*, Córdoba, 1617; Antonio de HERRERA Y TORDESILLAS, *Historia general de los hechos de los castellanos en las Islas y Tierra Firme del mar Océano que llaman Indias Occidentales*, Madrid, 1601-1615.

<sup>32</sup> Massimo LIVI BACCI, *El Dorado en el pantano. Oro, esclavos y almas entre los Andes y la Amazonia*, Madrid, Marcial Pons Historia, 2012, p. 23.

<sup>33</sup> Alirio CARDOSO, «A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)», *Revista Brasileira de História São Paulo*, Vol. 31 (2011), n.º 61, p. 319.

que nos leve a considerar o seu interesse pela empresa que, com o apoio de Filipe II de Portugal, terminou com a expulsão dos franceses. De acordo com os trabalhos de Alírio Cardoso, o monarca espanhol impulsionou a conquista desde Pernambuco, pensando não apenas na defesa da soberania ibérica, mas igualmente na integração mercantil do norte da Amazónia na monarquia hispânica, um espaço que também ingleses, franceses e holandeses incluíam nos seus interesses.<sup>34</sup> Os comentários de Portocarrero corresponderam ao interesse que este tipo de informações geográficas podiam ter para a recém-criada Companhia das Índias Holandesas? Talvez simplesmente o autor, aludindo ao ouro escondido no continente americano, tenha repetido o gesto, antigo neste mundo ultramarino, de procurar atrair financiamento.

É difícil saber, como o é conhecer de forma correcta qual o horizonte político para indivíduos como Portocarrero. Mas em nada ajuda, desde logo, condicionar à partida a nossa resposta à origem do autor ou ao credo que praticava. Devemos antes pensar, como Alírio Cardoso, num mundo de fronteiras fluídas, de territórios indefinidos, em que «a presença de oficiais e soldados espanhóis na conquista do Maranhão podia ser tão comum como a presença portuguesa na carreira comercial espanhola»<sup>35</sup> e em que, sem dúvida, outras nações ambicionavam as riquezas americanas.

Outros aspectos de interesse serão descobertos pelo leitor no texto, como a relação quotidiana entre os europeus e a população indígena e a dependência que os primeiros tinham não apenas das suas produções para o comércio, amplamente abordadas na *Descrição geral do Reino do Peru*, mas também do conhecimento e ajuda que os índios proporcionavam aos viajantes, comerciantes na sua maioria, no momento de percorrer o território. Sobre isso, Portocarrero ofereceu aqui e ali vários comentários («Por aqui se anda com índios, e eles sabem as dormidas e onde há erva e alguma água salobra para as bestas»<sup>36</sup>). Vimos já que o texto que nos ocupa é, em certa medida, um guia de caminhantes e nela as comunidades andinas desempenham um papel importante.

Por fim, queremos chamar a atenção sobre o tipo de olhar sustentado por Portocarrero sobre o território peruano e sobre quem o habitava: a «escrita imperial» a que Valladares faz referência e que, sem dúvida, merecia novos estudos. A riqueza e variedade dos seus comentários ao descrever o vice-reino levam-nos a pensar que dificilmente o texto terá sido escrito exclusivamente para proporcionar informação mercantil ou estratégica aos holandeses e, em todo o caso, chamam-nos a atenção para o perigo de enquadrá-lo unicamente nesse registo, perdendo-se a oportunidade de estudar outros aspectos. Em algumas ocasiões carregado de uma enorme subjectividade, as suas descrições aproximam-nos do sentimento dos viajantes

---

<sup>34</sup> Alírio CARDOSO, «A conquista do Maranhão...», cit., pp. 317-338.

<sup>35</sup> Alírio CARDOSO, «A conquista do Maranhão...», cit., p. 330.

<sup>36</sup> *Descrição...*, cit., p. 104.

que percorrem o território («Há muitos lugares de índios pelo caminho e bosques e muita solidão»<sup>37</sup>), mas, ao chegar às cidades e em especial a Lima, o autor assume uma distância descrevendo de uma maneira pormenorizada ofícios e cargos repartidos pelo vice-rei ou o convento da Encarnación, criticando também, com estudada objectividade, o Tribunal da Inquisição, ou as qualidades morais de *criollos* e indígenas. Insistimos, não espere o leitor encontrar *a priori* uma reivindicação da nação onde nasceu Portocarrero, nem a espanhola ou castelhana. Em algumas ocasiões encontrará comparações com as frutas e outros alimentos de «Espanha». Como explicou Pedro Cardim em relação a Lourenço de Mendonça, autor de la «Suplicación a su Majestad Católica del Rey, nuestro señor, que Dios guarde. Ante sus Reales Consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los Portugueses (Madrid, 1630)», e nessa data comissário do Santo Ofício de Potosí, o termo «espanhol» para muitos contemporâneos fazia referência aos súbditos peninsulares da monarquia hispânica e houve quem, como foi o caso de Mendonça, considerasse que os portugueses eram, por herança e história, mais espanhóis que os aragoneses ou bascos<sup>38</sup>. Não damos, portanto, nada por garantido. Percorramos, pois, com Portocarrero o território peruano, num tempo em que as fronteiras eram fluídas e as identidades provavelmente cambiantes no tempo.

---

<sup>37</sup> *Descrição...*, cit., p. 103.

<sup>38</sup> Pedro CARDIM, «“Todos los que no son de Castilla son Yguales”. El estatuto de Portugal en la Monarquía española en el tiempo de Olivares», *Pedralves*, 28 (2008), pp. 521-552.